

Acessibilidade e pesquisa acadêmica: Desafios do aluno com deficiência visual no Ensino Superior

Arnais, Magali Aparecida de Oliveira¹; Stadoan, Diego de Bernardin²

Resumo

O Brasil reconheceu em sua Constituição, de acordo com várias declarações internacionais, a educação como um direito fundamental de seus cidadãos. Por trás deste importante avanço de tipo ideal-normativo, há uma realidade de barreiras de ordem física, sociocultural e técnica que dificultam a participação das pessoas com deficiência à herança cultural da humanidade, podendo em casos extremos chegar a impedi-la. A efetivação do direito à educação exige políticas públicas pró-ativas de cunho universal que proporcionem a cada indivíduo os meios necessários para o acesso à cultura. Neste artigo abordaremos um exemplo concreto deste tipo de política pública, apresentando os trabalhos realizados pelo Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Cesar Lattes da Universidade Estadual de Campinas (LAB/BCCL/UNICAMP) para a inclusão dos alunos/pesquisadores com deficiência visual na área acadêmica, bem como os desafios apontados por esses usuários para desenvolver suas atividades de pesquisa. Trata-se de delinear caminhos de acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal na Universidade objetivando compreender melhor a complexidade subjacente a um projeto educacional abrangente e inclusivo no ensino superior.

Palavras Chaves: Acessibilidade, Ensino Superior, Tecnologias Assistivas e Deficiência Visual.

Abstract

Brazil recognized in its Constitution, according to various international declarations, education as a fundamental right of its citizens. Behind this important advance-normative ideal type, there is a reality of physical barriers, socio-cultural and technical hindering the participation of persons with disabilities to cultural heritage of mankind, and may in extreme cases get to keep her. The realization of the right to education requires proactive policies of universal nature to provide every individual with the means to access to culture. In this article we discuss a concrete example of this kind of public policy, presenting the work carried out by the Laboratory of the Central Library Accessibility Cesar Lattes, State University of Campinas (LAB / BCCL / UNICAMP) for the inclusion of students / researchers with visual impairments in academic as well as the challenges mentioned by these users to develop their research activities. It is to outline paths architectural accessibility, communication and attitudinal University aiming to better understand the complexity underlying an educational comprehensive and inclusive higher education.

¹ Mestre pela Faculdade de Educação- UNICAMP. Pedagoga do Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Cesar Lattes- UNICAMP. E-mail: maolive@unicamp.br

² Doutorando do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisador do LAB/BCCL. E-mail: diego.db@uol.com.br

Key Words: Accessibility, Higher Education, Assistive Technologies and Visual Impairment.

Introdução

Os importantes avanços produzidos pela democratização da sociedade brasileira alavancados pelos movimentos de direitos humanos apontam a emergência da construção de contextos sociais menos excludentes e alternativas para o convívio com as diferenças de seus cidadãos. A inclusão, como parte do projeto político de uma sociedade, significa um processo de adequação progressiva de seus ambientes, dinâmicas e aparelhos técnicos a toda e qualquer diferença humana não decorrente da vontade de seus membros. Este processo emancipatório, cujo objetivo principal é a autonomia individual, pressupõe o reconhecimento, por parte do Estado de Direito Democrático, da condição racial, étnico-linguística, nacional e de gênero das pessoas, de sua posição socioeconômica, de sua opinião política ou de outra natureza, de sua orientação sexual, de sua crença religiosa, de suas deficiências psicofísicas, bem como de qualquer outro atributo humano que venha a ser identificado pela cultura como fonte de exclusão social, em vista de sua superação. A questão se torna complexa uma vez que a superação de toda e qualquer barreira ao pleno desenvolvimento da personalidade humana exige a reivindicação persistente, por parte dos grupos e classes sociais, dos direitos e das ações necessárias para colocar seus membros em pé de igualdade com os demais cidadãos. Nesse contexto a escola como território institucional expressivo da sociedade e da sua cultura não se constitui de maneira diferente ao lidar com a diversidade do público que deve atender.

O Brasil reconhece no art. 6º de sua Constituição a educação como um direito fundamental de seus cidadãos.³ É mister lembrar aqui que a Constituição Federal é o pacto fundamental que indica a direção que a sociedade brasileira se comprometeu a seguir em seu desenvolvimento: a da inclusão progressiva de seus cidadãos ao gozo dos direitos civis, políticos e sociais. Além deste crucial avanço que mostra o propósito da

³ Art. 6º da Constituição Federal (1988), que se encontra no capítulo 2º da mesma que diz respeito aos direitos sociais, reconhece o direito à educação proclamado no art. 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU, 1948) como um direito fundamental.

nação brasileira de proporcionar uma educação para todos, em consonância com numerosas declarações internacionais existe no país uma vasta e rica legislação tendente a garantir uma educação inclusiva para a pessoa com deficiência⁴. Apesar destas importantes conquistas de tipo ideal-normativo, de fato ainda existe uma realidade de barreiras que dificultam a participação das pessoas com deficiência à herança cultural da humanidade⁵.

A efetivação plena do direito à educação para a pessoa com deficiência exige a ampliação de políticas públicas abrangentes que proporcionem a cada indivíduo os meios necessários para o acesso à cultura no sentido amplo da palavra. Dito de outra forma: para que a educação inclusiva se torne uma realidade geral é necessário multiplicar as ações afirmativas tendentes a tornar o mundo da cultura de fato acessível a toda e qualquer pessoa, independentemente das habilidades de cada um. Ao lado da questão das habilidades individuais, a educação traz consigo também uma segunda dimensão importante: a da capacidade de gostar e de desfrutar dos bens culturais, que é definida como capacitação subjetiva à fruição do patrimônio cultural da humanidade. Embora no caso da pessoa com deficiência ambos estes aspectos da educação se entrelacem profundamente, é sobretudo no que diz respeito à capacitação subjetiva que a previsão de uma educação universal e inclusiva torna-se relevante desde os níveis mais básicos e primários, pois afeta o direito de todos de participar da vida cultural. Este fato é perceptível quando uma criança pertencente a uma família em situação de vulnerabilidade social - família em que, em geral, à pobreza econômica e a miséria cultural se fundem -, residindo em periferia degradada de região urbana ou em área rural limítrofe do país, mais ainda quando afetada por alguma deficiência psicofísica, só pode ter a oportunidade de ter as portas abertas para novos e amplos horizontes culturais através de mecanismos eficientes de educação de cunho universal e inclusivo.

⁴ Uma descrição da legislação brasileira e das declarações internacionais concernentes aos direitos a uma educação inclusiva para as pessoas com deficiência se encontra em: SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

⁵ O direito da pessoa de participar à herança cultural da humanidade foi proclamado no art. 27º da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU, 1948).

Qualquer iniciativa no âmbito da educação com vistas a garantir o direito de acesso aos bens culturais às pessoas com deficiência e conseqüentemente oportunizar a continuidade de seus estudos da educação básica ao ensino superior situa-se no campo das ações afirmativas. Entretanto, algumas dessas ações no âmbito da educação só se concretizam quando há solicitações específicas de uma determinada demanda, como se sucedeu com o Laboratório de Acessibilidade (LAB) da Biblioteca Central Cesar Lattes (BCCL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

O LAB/BCCL/UNICAMP

O Laboratório de Acessibilidade (LAB) sediado na Biblioteca Central Cesar Lattes da UNICAMP⁶ iniciou suas atividades em janeiro de 2003, com uma aluna com deficiência visual da pós-graduação em Música. Em dezembro do mesmo ano, pesquisadores de diversas áreas da UNICAMP uniram-se às iniciativas já existentes por meio de um projeto financiado pela CAPES-PROESP (2003-2008): “*Acesso, permanência e prosseguimento da escolaridade superior de alunos com deficiência: ambientes inclusivos*” – que obteve total apoio da reitoria⁷.

Ao longo dos dez anos de atividade, o LAB acumulou e divulgou experiências em acessibilidade à informação e apoio didático para pessoas com deficiência, buscando aprimorar a qualidade de serviços, produtos e metodologias. As atividades do LAB objetivam permitir que os alunos com deficiência da Universidade realizem seus estudos em ambientes inclusivos de ensino e aprendizagem, viabilizando serviços de acesso à informação e pesquisa com vistas à participação da vida social e acadêmica por pessoas com deficiência da Universidade e comunidade externa. Com o aumento da demanda de alunos com deficiência no ensino superior, tanto na rede privada como na rede pública o LAB/BCCL/UNICAMP tem sido requisitado nas questões referentes ao

⁶ O LAB/BCCL foi implementado através de recursos de Projeto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e pró-Reitoria de Graduação (PRG) da UNICAMP

⁷ As ações e relatórios do referido projeto e os recursos do LAB estão disponíveis no Portal: www.todosnos.unicamp.br

acesso à informação e disseminação de novas ferramentas de apoio que complementem a educação de alunos com deficiência nos cursos de graduação e pós-graduação.

O laboratório dispõe de Tecnologias de Informação e Comunicação- TICs com computadores aliados a softwares leitores de tela (sintetizadores de voz), possibilitando aos usuários com deficiência visual acessar a Internet e os bancos de dados informacionais, bem como a leitura de textos digitalizados. Para digitalizar os textos e livros impressos decorrentes da bibliografia solicitada pelos professores, há scanners e softwares que os transformam em arquivos digitais para posterior leitura com sintetizadores de voz e/ou impressões em Braille.

Nas atividades do LAB, o destaque está no uso dos recursos tecnológicos para pesquisas, localização e obtenção de documentos, a digitalização e reprodução de textos⁸ e impressão em Braille ou ampliados, favorecendo a autonomia e independência destes usuários. Todo material produzido pelo LAB/BCCL/UNICAMP é disponibilizado como acervo digital no portal⁹, além de expor nesse espaço *links*, vídeos, notícias, discussões referentes à inclusão e acessibilidade.

A equipe do LAB é composta de profissionais da área de Biblioteconomia e Pedagogia, conta anualmente com o auxílio dos Bolsistas do Serviço de Apoio ao Estudante¹⁰ da UNICAMP, além de ser um espaço para o qual convergem trabalhos de grupos de pesquisadores da Universidade, sediados na Faculdade de Educação, Instituto de Artes, Instituto de Computação, Faculdade de Engenharia Civil e Arquitetura, Faculdade de Engenharia Elétrica e Computação, Faculdade de Engenharia Mecânica, Núcleo de Informática Aplicada à Educação, entre outros.

O papel do Pedagogo no LAB/BCCL/UNICAMP

Atualmente a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) aponta o Atendimento Educacional Especializado – AEE como um

⁸ A Lei Nº 9610, ou Lei de direitos autorais, em seu capítulo IV, Das Limitações aos Direitos Autorais, Artigo 46:- alínea d, é clara quanto à permissão de reprodução de obras, desde que sem fins lucrativos, para as pessoas com deficiência visual.

⁹ <http://lab.bc.unicamp.br:8080/lab>

¹⁰ <http://www.sae.unicamp.br/portal/>

serviço da educação especial que complementa e/ou suplementa a formação do aluno da educação básica ao ensino superior. O atendimento educacional especializado - AEE passa a ser visto como meio para que o aluno com deficiência possa acessar os conteúdos curriculares como todos os demais alunos. A atuação do Profissional de Educação - Pedagogo no LAB/BCCL/UNICAMP está de acordo com a legislação acima citada pois, as ações do AEE no ensino superior visam, através de apoio didático e das ferramentas tecnológicas, capacitar e instrumentalizar o aluno com deficiência a acessar as fontes de pesquisa e desenvolver a investigação tornando-o gerenciador de sua aprendizagem.

As atividades do Pedagogo desenvolvidas no espaço do LAB buscam mapear as tecnologias Assistivas utilizadas pelos usuários com deficiência no ensino superior, bem como adaptar os respectivos tutoriais as necessidades específicas desses usuários garantindo assim, o direito ao acesso a informação e conseqüentemente ao conhecimento. Orientar e capacitar usuários internos e externos no uso de equipamentos e softwares disponíveis no LAB, construir referenciais para a consolidação do Atendimento Educacional Especializado no Ensino Superior cujo foco é a acessibilidade à informação e bancos de dados para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica. Fornecer apoio didático aos professores dos cursos de graduação e pós-graduação em relação às demandas específicas dos alunos com deficiência da Universidade.

Atualmente, devido a determinadas demandas provenientes dos alunos/pesquisadores com deficiência visual, o LAB tem apoiado projetos de pesquisas que visam trazer acessibilidade aos alunos com deficiência visual. Esses projetos surgem no convívio com os usuários e trazem uma aprendizagem impar, como a relatada a seguir.

Pontos de vista do pesquisador com deficiência visual

Minhas pesquisas e reflexões teóricas acerca de ações afirmativas na educação inclusiva se enraízam profundamente em minha experiência pessoal. Nasci e cresci no nordeste italiano, em uma pequena aldeia de um vale extremamente isolado e bonito da cadeia alpina cujo idioma é o *Retoromance*, no seio de uma família operária de cultura

tradicionalista e com uma deficiência visual que significava ser fortemente *L'ipovedente*¹¹. Fui educado sempre, desde muito cedo e até a faculdade, em escola pública laica e de alto nível de qualidade pedagógica e creio que este tenha sido o principal fator de meus desenraizamento e emancipação cultural. Embora minha visão tivesse sido desde sempre débil e precária, percorri o percurso escolar fundamental, médio e superior sem o auxílio de Tecnologias Assistivas. Devido à minha deficiência as dificuldades relacionadas com as atividades escolares eram enormes e estas eram muito penosas, mas o fato de conseguir bem ou mal enfrentá-las como qualquer pessoa que enxerga e o medo inconsciente de admitir minha deficiência fizeram com que não procurasse meios alternativos e mais adequados à minha condição de *L'ipovedente*. Esta situação mudou com a perda completa da visão, que aconteceu de forma súbita enquanto cursava a Faculdade de Letras e Filosofia da Universidade *Ca' Foscari di Venezia*, onde me formei junto ao Departamento de História, em 1998 com a tese **O método institucional de análise dos processos econômicos: de Karl Marx a Karl Polanyi**. Tornou-se então necessário buscar métodos alternativos àqueles que até então havia utilizado em meus estudos e que permitissem concluir a graduação na minha nova condição de cego.

Naquela ocasião, na Universidade italiana não existiam ainda mecanismos institucionais para tornar o mundo acadêmico acessível à pessoa com deficiência visual. Contudo, conheci os trabalhos do **Centro Internazionale del Libro Parlato (CILP)**, uma organização não governamental para a inclusão da pessoa com deficiência visual à cultura, com sede na cidade de *Feltre*. Comecei logo a usar os serviços do CILP com assiduidade, especialmente no que diz respeito à gravação personalizada e rápida de textos acadêmicos por voz humana em fita cassete. Apesar do CILP ter sido um espaço de acessibilidade de importância crucial no sentido de viabilizar os trabalhos acadêmicos que estava desenvolvendo, o processo de adaptação ao estudo mediante o uso de tecnologias assistivas não foi nada fácil: enquanto cursava a faculdade tive que aprender rapidamente a ler e escrever em Braille, a utilizar computadores equipados com leitores de tela e a me apropriar do conteúdo dos livros e demais materiais didáticos que precisava ler através de sua escuta e fichamento. Muito esforço e

¹¹ *L'ipovedente* (italiano), condição de acuidade visual e espacial muito reduzida, associada geralmente a uma limitação do campo visual. <http://it.wikipedia.org/wiki/Ipovisione>

dedicação foram necessários também para superar os novos limites concernentes à mobilidade: aprendi a me locomover com o auxílio de um cão guia, que obtive junto ao **Servizio Cani Guida per Ciechi del Lions** (*Centro di Addestramento di Limbiate*).

Ao terminar o curso de graduação, fiquei com um forte desejo de ampliar o enfoque de minhas pesquisas da sociologia econômica para a sociologia política, sempre dentro de uma perspectiva histórica dos processos sociais e culturais. Após ter mudado para o Brasil em 1999, segui esta orientação metodológica durante o mestrado que, a partir do ano de 2000, fiz junto ao Departamento de História da Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Conclui positivamente esta nova etapa da minha trajetória intelectual em fins de 2003, com a dissertação **Introdução à leitura de Karl Polanyi**. Como já havia ocorrido em Veneza durante a graduação, também na USP minhas buscas por algum órgão oficial da própria Universidade destinado a possibilitar a pesquisa acadêmica à pessoa com deficiência visual foram vãs.

Durante o mestrado, pessoas amigas voluntariamente me auxiliaram quanto à dimensão logística e à busca e adaptação dos materiais didáticos de que precisei para realizar as tarefas acadêmicas¹². No que diz respeito ao material (em grande medida não disponível em português) que utilizei para redigir a dissertação, o auxílio veio, mais uma vez, do **CILP**, que me enviou os textos adaptados, de forma gratuita, pelos Correios¹³. Entretanto, apesar da persistência das dificuldades, uma mudança significativa estava acontecendo. Embora mesmo na USP, a Universidade mais conceituada da América Latina, ainda houvesse muito pouco preparo para um apoio pragmático institucionalizado ao aluno com deficiência visual, dentro e fora da área acadêmica estava se desenvolvendo rapidamente uma ampla e fecunda reflexão teórica

¹² Gostaria de salientar aqui que o auxílio por parte de voluntários não organizados institucionalmente, embora seja sempre algo importante no que tange a facilitar o acesso da pessoa com deficiência visual ao estudo superior, quando é a única fonte de acessibilidade, causa nesta pessoa, pela sua própria natureza precária, muita angústia, já que a possibilidade de cumprir os compromissos acadêmicos se torna incerta.

¹³ Nota-se que existe um serviço Nacional e Internacional dos Correios, o CECOGRAMA, que possibilita a entrega de materiais didáticos adaptados para deficientes visuais de forma gratuita no território nacional e fora do país.

a respeito de acessibilidade e inclusão, que prepararia o terreno para uma mudança de sua realidade¹⁴.

Ao concluir o mestrado, mais uma vez ficou em mim, ao lado da satisfação pelo trabalho realizado, a vontade de entender melhor as origens sociais e históricas do mundo atual. Como compreender melhor os problemas hodiernos e assim imaginar soluções possíveis para eles? Minhas pesquisas e reflexões indicavam insistentemente que seria preciso aprofundar o estudo das décadas de 1920, de 1930 e de 1940, pois então havia ocorrido uma inflexão no desenvolvimento sociocultural decisiva para a formação de nossa condição atual. Este é o cerne do desafio intelectual que, desde 2009, enfrento no âmbito do programa de doutorado em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). No que diz respeito a esta nova aventura intelectual, além das dificuldades decorrentes da própria complexidade do objeto de estudo, há outras cuja fonte é minha deficiência visual, que me coloca em posição de clara desvantagem em relação aos meus colegas de curso.

Ao iniciar este novo desafio intelectual, conheci o LAB/BCCL/UNICAMP e comecei a utilizar seus serviços imediatamente. Após uma experiência de mais de quatro anos como seu usuário, hoje posso afirmar que o LAB é uma instituição que permite à pessoa com deficiência visual percorrer o caminho do ensino superior junto à UNICAMP de forma razoavelmente independente. Com a estrutura do LAB conseguiu-se passar do terreno teórico-programático para o da ação prática, o que não significa naturalmente que a acessibilidade tenha sido garantida em todas suas dimensões.

Ao refletir a propósito da acessibilidade ao meio acadêmico do aluno/pesquisador com deficiência visual, sobretudo na área de ciências humanas, minha experiência no ensino superior me leva a indicar três ordens de problemas: as questões das barreiras arquitetônicas, atitudinais e comunicacionais. Na medida em que minha reflexão foca apenas estes problemas, excluindo conscientemente as dificuldades que o deficiente

¹⁴ A propósito do desenvolvimento do debate concernente inclusão e acessibilidade durante aqueles anos confrontar, por exemplo: Guimaraes, Antônio, Sérgio, Alfredo. Preconceito e discriminação. São Paulo: Fundação de apoio à Universidade de São Paulo. Ed. 34, 2004. E também: Ribas, João, Preconceito contra as pessoas com deficiência: as relações que travamos com o mundo. São Paulo: Cortez, 2007.

Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPCD/Diversitas/USP Legal – São Paulo, junho/2013

visual tem fora do *campus* universitário, a implementação das soluções necessárias para superá-los compete a toda instituição que se propõe a oferecer uma educação para todos.

As barreiras arquitetônicas dizem respeito à liberdade individual de ir e vir, que é um direito humano fundamental¹⁵. Tais barreiras são obstáculos ambientais que dificultam ou impedem a locomoção da pessoa. Elas apresentam duas dimensões diferentes: uma interna aos edifícios e uma externa aos mesmos, mas no interior do *campus* acadêmico. Quanto à questão da mobilidade interna em edifícios, as barreiras arquitetônicas podem ser superadas mediante intervenções feitas visando facilitar o acesso e o uso do ambiente, tais como, por exemplo, mapas táteis e sonoros do prédio, elevador de fácil acesso, amplos corredores e escadas, banheiros amplos e reservados, pisos táteis, etc. Em relação à qualidade da mobilidade externa aos prédios, mas no interior do *campus* acadêmico, um primeiro fator relevante é a existência de calçadas amplas e bem pavimentadas, que tornem desnecessário percorrer trechos na própria rua. Nas calçadas, a presença de obstáculos físicos tais como árvores excessivamente invasivas, lixeiras, postes, entulho e carros estacionados nas trajetórias do pedestre, degraus não sinalizados dificultam a locomoção autônoma da pessoa com deficiência visual. Caminhos com muitas escadarias e excessivamente tortuosos, ou com altas rampas sem qualquer corrimão, também tornam a mobilidade muito árdua e às vezes até mesmo perigosa. Um transporte público eficiente e acessível, um alto nível de educação do motorista e uma boa sinalização para pedestres são outros aspectos importantes quanto à qualidade da mobilidade externa. Cora, o cão-guia da raça Colie que utilizo cotidianamente, me proporciona, apesar de todas as dificuldades ambientais, um bom grau de independência.

As barreiras atitudinais são preconceitos, estigmas e estereótipos discriminatórios que afetam negativamente o pleno desenvolvimento da pessoa. Estas barreiras socioculturais ferem o princípio de igualdade na dignidade humana, que também é um

¹⁵ A liberdade de locomoção foi proclamada no art. 13º da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU, 1948).

Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPCD/Diversitas/USP Legal – São Paulo, junho/2013

direito fundamental¹⁶. Há vários sinais que indicam a persistência das barreiras atitudinais na área acadêmica: por exemplo, o constrangimento e embaraço em que ficam os colegas de curso quando peço alguma ajuda, pois não sabem como fazer; os funcionários da universidade quando solicito alguma ação diferente da padronizada (que atende o aluno que enxerga), à qual estão acostumados; e mesmo os docentes quando é a minha vez de apresentar um seminário ou trabalho acadêmico, pois não sabem muito bem como o aluno com deficiência visual pode fazer isso. A excepcionalidade da pessoa com deficiência visual no corpo docente, no aparelho burocrático-administrativo e até mesmo dentre os alunos/pesquisadores parece-me confirmar esta persistência. A dissolução das barreiras atitudinais exigiria uma presença maior do deficiente visual em todas as esferas da Universidade.

As barreiras comunicacionais são inerentes às liberdades espirituais fundamentais da pessoa¹⁷. Tais barreiras são obstáculos de natureza técnica que agem em duas diretrizes distintas: dificultando a apropriação dos conteúdos dos materiais didáticos e estorvando o acesso à circulação das informações. A circulação das informações diz respeito aos anúncios das atividades acadêmicas previstas, das atividades para-acadêmicas (como fóruns, seminários, debates, palestras e outras), bem como das bibliotecas, arquivos e outras estruturas e serviços oferecidos no campus. Quase sempre, estas informações são produzidas para um público que enxerga: em geral circulam sob a forma de cartazes, panfletos ou folhetos divulgados nos prédios. Iniciativas inclusivas no campo da circulação das informações visam disponibilizar a pessoa com deficiência visual, em paridade de quantidade e qualidade, as informações que são fornecidas aos alunos/pesquisadores que enxergam. A criação de canais de informação pensados para quem não enxerga como, por exemplo, ambientes digitais acessíveis contendo os anúncios supra mencionados, poderia significar a superação deste tipo de barreira.

O problema da apropriação dos conteúdos dos materiais didáticos decorre do fato que, hoje em dia, a cultura é transmitida predominantemente através de meios

¹⁶ A igualdade em direitos e dignidade foi proclamada no art. Primeiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU, 1948).

¹⁷ As liberdades espirituais foram proclamadas como direitos fundamentais da pessoa nos artigos 19 e 22 da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU, 1948).

impessoais e a priori inacessíveis a pessoa com deficiência visual. A solução deste problema exige a criação de espaços de acessibilidade, que são a condição necessária para que o aluno com deficiência visual possa percorrer o caminho do ensino superior na área acadêmica. Um ótimo exemplo deste tipo de espaço é o LAB/BCCL/UNICAMP. Este laboratório desempenha diferentes tarefas, quer através das pessoas que nele trabalham, quer oferecendo Tecnologia Assistiva própria para tornar acessíveis os materiais didáticos. Além do auxílio constante ao aluno/pesquisador com deficiência visual na busca e tratamento do material didático necessário para seus trabalhos acadêmicos, também oferece apoio na solução das dificuldades burocráticas acadêmicas.

No LAB, o material acadêmico coletado a pedido do aluno/pesquisador é adaptado mediante digitalização para que possa ser lido pela pessoa com deficiência visual com auxílio de computador dotado de leitor de tela, sendo enviado posteriormente via internet, o qual pode ser lido no local de trabalho do pesquisador. O LAB prepara, outrossim, a pedido do pesquisador, materiais didáticos em Braille¹⁸. Finalmente, deve-se lembrar aqui que todo o material didático adaptado pelo LAB tem caráter público, podendo ser livremente utilizado por qualquer pessoa com deficiência visual que queira conhecer seu conteúdo.

Para quem atua em minha área, a técnica Braille e as Tecnologias Assistivas acima mencionadas, apesar de extremamente valiosas, apresentam duas dificuldades. Em primeiro lugar, os textos a serem lidos semanalmente são muito extensos e densos, e seu estudo através de voz sintetizada ou texto reproduzido em Braille acaba se tornando particularmente cansativo e penoso, o que se traduz em uma capacidade de leitura semanal reduzida com respeito àquela possível com o auxílio da voz humana. Além disso, minha área estimula constantemente a interdisciplinaridade dos estudos, convidando insistentemente, por exemplo, a leituras na área de história da arte. Os leitores de tela não permitem descrever quadros, edifícios, estátuas e outras formas plásticas, cuja acessibilidade exige descrição e interpretação humanas. O mesmo

¹⁸ Cabe aqui destacar que eu uso pouco o material transcrito em Braille, devido principalmente à dificuldade de enfrentar a leitura mediante esta técnica dos textos utilizados em minha área, já que são, via de regra, de grande dimensão.

problema parece-me apresentar-se também, em muitas outras áreas acadêmicas e todas em que seja necessário descrever qualquer objeto de estudo que não seja mero texto. Além disso, vale a pena destacar aqui que, na Europa, a técnica de gravação dos materiais didáticos por voz humana ainda é de longe o instrumento mais utilizado para que a pessoa com deficiência visual possa acessar o conteúdo acadêmico.

Buscando melhorar seus serviços, em colaboração com a equipe do LAB, iniciamos o projeto: **Ledores para leitores com deficiência visual**, cujo objetivo final é a produção de materiais didáticos gravados por voz humana. Este projeto não pretende disponibilizar um instrumento de acessibilidade alternativo àqueles já oferecidos pelo LAB, mas sim um meio complementar, pois, para os alunos/pesquisadores com deficiência visual, os leitores podem representar uma alternativa viável para os que pretendem estudar ou se informar sobre determinados conteúdos acadêmicos. Isto ocorre devido à inexistência desses textos em Braille, ou por não se poder obter na leitura, mesmo que mediada por *softwares* leitores de tela, uma fluência de compreensão necessária que resulte em um aproveitamento satisfatório. A metodologia desse projeto advém de minha experiência como usuário na Itália e está sendo aplicada pela equipe do LAB.

A função do Ledor neste projeto é fundamental pois, ele informará ao leitor todo o conteúdo do livro, texto impresso ou imagens através de sua voz, sem se preocupar em explicar o conteúdo ou em traduzi-lo. O recurso de audiodescrição¹⁹ também é acrescentado neste contexto quando se trata de descrever imagens, gráficos e tabelas sendo que é através das informações visuais fornecidas pelo ledor que a pessoa com deficiência visual poderá melhor elaborar suas ideias e construir conceitos.

Considerações finais

Avanços significativos para melhorar a acessibilidade do aluno/pesquisador com deficiência visual ao mundo acadêmico estão sendo realizados em diversos contextos institucionais. Apesar disso, ainda há muito a ser feito. A excepcionalidade da presença

¹⁹ A audiodescrição é um recurso de acessibilidade utilizado para ampliar o entendimento de pessoas com deficiência visual (cegos e baixa visão) em todas as atividades socioculturais nas quais as informações visuais são fundamentais para o seu entendimento.

do aluno/pesquisador com deficiência visual nas atividades acadêmicas é, a um só tempo, causa e efeito do atraso na implementação, pela Universidade, das medidas que visam acessibilidade e inclusão. Contudo, o processo de inclusão progressiva do aluno/pesquisador com deficiência visual está em ato. Trata-se de um processo ainda assaz incipiente e inevitavelmente lento que está ocorrendo também Brasil a fora. Isto mantém viva a esperança de um futuro mais justo para a pessoa com deficiência visual que queira percorrer o caminho acadêmico no país.

Referencias Bibliográficas

BRASIL. Casa Civil. Subchefia de para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº6949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm Acesso em 14/05/2013.

BRASIL. **Lei n. 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm Acesso em 14/05/2013.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial Nº 555, de cinco de junho de 2007, prorrogada pela Portaria Nº 948, de nove de outubro de 2007. **Inclusão:** Revista da Educação Especial, Brasília, v.4, n.1, p. 7-17, 2008.

GALVÃO FILHO, Teófilo. **Tecnologia Assistiva e Educação**. In SOUZA, Rita de C. Santos & BARBOSA, Josilene Souza Lima(org.). **Educação Inclusiva, Tecnologia e Tecnologia Asssitiva-** Aracajú: Ed. Criação, p 13-36, 2013.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira (org.). **Inclusão no Ensino Superior: docência e necessidades especiais-** Natal EDUFRN, 2013.

MOTTA, Livia M. Villela de Melo & ROMEU FILHO, Paulo (org.). **Audiodescrição: Transformando imagens em palavras**. SEPD, (2010). Disponível em http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/LIVRO_AUDIODESCRICA_O_TRANSFORMANDO_IMAGENS_EM_PALAVRAS.pdf Acesso 05/06/2013.

PUPPO, Deise Tallarico et al. **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas.** Campinas, Unicamp/BCCL, 2008.